



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA OITAVA (8ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano dois mil e quatorze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Oitava (8ª) Sessão Ordinária do Segundo (2º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 21 de março de 2014. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antonio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Laércio Rocha Pires (09), Leonardo David Zaniboni (10), Luís Roberto Tavares (11), Luiz Antônio Guarnieri (12), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (13), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Sétima (7ª) Sessão Ordinária, realizada em 17 de março de 2014, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 19, de 2014, de autoria da Vereadora Dayane Amaro Costa, “dispondo sobre o ingresso, no Serviço Público Municipal, de pessoas portadoras de deficiência física, sensorial e mental e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 20, de 2014, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 11/2014, datada de 21/03/2014, objeto do Ofício nº 11/2014, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a conceder subvenção econômica à Associação Alma Mater II e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Balancete Mensal da Receita e Despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE de Mogi Mirim, “referente ao mês de janeiro de 2014”; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento). Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nºs 143, 146 e 151, de 2014, do Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando o sugerido na Indicação nº 851/2013, para instalação de lixeiras na Praça José Schincariol”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando o sugerido na Indicação nº 804/2013, para serviços de limpeza e manutenção dos brinquedos da praça, localizada na Rua Cônego Carlos Malho, no Bairro Dionísio Linares” e “seja oficiada a direção



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da Elektro Eletricidade e Serviços, para que providencie a poda de árvore, localizada na Rua Maria Conceição de Campos Andrade, no Jardim Helena”; nºs. 144 e 147, de 2014, da senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, requerendo-lhe informações acerca do cumprimento da Lei Federal nº 11.108, de 07/04/2005, que garante a presença de acompanhante, durante o trabalho de parto, parto e pós-parto, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, encaminhando-lhe minuta de projeto de lei, que dispõe sobre a criação do programa Agita Gestante, no Município”; nºs 148 e 149, de 2014, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que preste informações sobre a falta de médicos no Programa de Saúde Familiar – PSF Gabrielzinho, na zona rural” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que preste informações do porquê da mudança da sede do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS e se não havia outro local, com melhor acesso para a população”; nºs 150 e 164, de 2014, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, respectivamente, “seja oficiada a Renovias Concessionária S/A, para que instale abrigos nos pontos de ônibus localizados na Rodovia SP – 340, no km 163, sentido norte – sul, próximo ao Parque da Imprensa; e no km 164, sentido norte-sul, próximo ao Jardim Nazareth” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando o sugerido no Requerimento nº 042/2012, para obras de limpeza e calçamento nas áreas verdes do Jardim Planalto”; nºs 154, 156, 157, 158, 161 e 162, de 2014, da Sra. Vereadora Luzia C. C. Nogueira, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, requerendo-lhe informações sobre o cadastramento no Programa Mais Médicos, do Governo Federal”, “seja oficiado o Gerente do Ambulatório



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Médico de Especialidades – AME de Mogi Guaçu, para que informe sobre possível parceria entre os municípios da microrregião e o ambulatório, bem como sejam oficiadas as Câmaras de Vereadores dos municípios da região e os Secretários Municipais de Saúde”, “seja oficiado o Secretário de Estado da Administração Penitenciária, para que informe oficialmente sobre os motivos do fechamento do Centro de Ressocialização – CR de Mogi Mirim e ainda, informe se haverá retorno das atividades, com a mesma filosofia e objetivos inicialmente propostos pelo Governo do Estado, quando de sua instalação”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, requerendo-lhe informe sobre a possível transferência da Unidade de Atendimento não Agendado – UANA, para a zona norte”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, requerendo-lhe cópia, na íntegra, de todo o Procedimento Administrativo da Licitação nº 07/2013, tipo Pregão, bem como cópias dos contratos e Notas Fiscais” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, requerendo-lhe cópia, na íntegra, de todo o procedimento de Dispensa de Licitação nº 08/2013”; nºs 160, 163 e 173, de 2014, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Presidente do SAAE, Celso Cresta, para que envie relatório contendo planilha de custo do tratamento de água em nosso Município”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando o exposto e solicitando resposta para os Requerimentos nºs 68, 69, 70, 72 e 94/2014, cujos prazos regimentais, para resposta, encontram-se expirados” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que preste informações a respeito da real infraestrutura do Centro de Zoonoses, bem como informe se existe veículo à disposição, para atendimento de ocorrências, e informe sobre as atribuições do Centro, no tocante ao recolhimento de animais”; nºs 165 e 166, de 2014, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Stupp, reiterando o sugerido no Requerimento nº 807/2013, para instalação de playground, próximo à Academia ao Ar Livre, no Complexo Esportivo José Geraldo Franco Ortiz – Lavapés” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando o sugerido na Indicação nº 090/2013, para instalação de banheiro público, próximo à Academia ao Ar Livre, no Complexo Esportivo José Geraldo Franco Ortiz – Lavapés”; nº 167, de 2014, do Sr. Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre devolução de verba da união ao Governo Federal (convênio SIAFI 764726)”; nºs 168, 169, 170, 171 e 172, de 2014, do Sr. Vereador Luiz Antonio Guarnieri, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, bem como o Presidente do SAAE, Celso Cresta, para que informem a listagem com os trinta principais devedores do serviço Autônomo de Água e Esgotos, pessoas física e jurídica”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que remeta listagem com os trinta principais devedores inscritos em Dívida Ativa no Município, pessoas física e jurídica”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que remeta cópia, na íntegra, do contrato emergencial firmado entre a Prefeitura Municipal e a atual empresa prestadora do sistema de arrecadação ISSQN” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que remeta à Casa o balancete das receitas recebidas pelo Município, mês a mês, dos últimos quatro anos” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que remeta cópia do contrato de locação do imóvel, onde atualmente se encontra instalada, provisoriamente, a Câmara Municipal de Mogi Mirim”. O Requerimento nº 155/2014, da Vereadora Luzia C. C. Nogueira, solicitando, “seja oficiado o Ministério Público acerca da contratação de médicos, através do Consórcio Intermunicipal de Saúde”, teve sua discussão requerida, pelo Vereador João Antonio Pires Gonçalves, conforme rezam os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Artigos 152, § 3º, e 153, IX, do Regimento Interno; (à “Ordem do Dia” da próxima sessão). O Requerimento nº 159/2014, da Vereadora Luzia C. C. Nogueira, solicitando, “seja oficiado o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, sobre a ausência de licitação, para a contratação de instituição bancária, para a administração das contas da Câmara Municipal de Mogi Mirim”, foi rejeitado por dez (10) votos contrários a seis (06) votos favoráveis; (arquive-se). Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES**, endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nº 194, de 2014, da senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, sugerindo, “estudos, para sinalização de solo nas ruas do Bairro Nossa Senhora Aparecida”; nºs 195, 199, 200, 201, 205, 207, de 2014, do Sr. Vereador Manoel E. P. C. Palomino, sugerindo, respectivamente, “providências, para intensificação dos trabalhos de controle e combate à Dengue, no Parque do Estado II”, “providências, para manutenção de calçada, localizada na Rua Maria Conceição Campos Andrade, no Jardim Santa Helena, bem como providências em relação à iluminação dos postes, que estão permanecendo ligados diuturnamente”, “providências, para poste de iluminação, que não está funcionando adequadamente, localizado na Rua Santos Dumont, próximo ao nº 734, Bairro Aterrado”, “estudos, quanto à viabilidade de implantação de redutor de velocidade, tipo ‘lombada’, na Rua Equador, acima do cruzamento com a Rua Argentina, na Vila Dias”, “estudos, para ampliação dos horários da Linha nº 9 do transporte urbano, precisamente, no ponto localizado em frente ao Supermercado São Vicente, no horário noturno” e “estudos, para ampliação dos horários das aulas de Ginástica Rítmica, no Ginásio de Esportes da Vila Dias”; nºs 196, 197 e 198, de 2014, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, respectivamente, “providências para operação ‘tapa-buracos’ na Rua José Bonifácio, próximo ao nº 795, cruzamento com a rua que dá acesso à Avenida Brasil, em frente ao ponto de ônibus”, “repintura de sinalização horizontal em dispositivo de redução de velocidade, tipo ‘lombada’, na Rua Riachuelo,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

centro” e “providências, para retirada de árvore quebrada, na Rua João R. Igor do Prado”; nºs 202, 203, 211, de 2014, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, sugerindo, respectivamente, “reforma no alambrado do NIAS”, “limpeza e fiscalização de descarte de lixo no NIAS” e “reforma nas pistas de skate das praças 9 de Julho e do Bairro Mogi Mirim II”; nº 204, 208, 209, de 2014, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, sugerindo, respectivamente, “providências para notificação do proprietário de imóvel, localizado na Rua São Lázaro 214, Bairro Tucura, para limpeza do mesmo” e “providências para notificação do proprietário de imóvel, localizado na Rua João Mantovani, 20, esquina com Rua Santa Cruz, para que providencie calçamento em frente ao do mesmo” e “implantação de lixeiras na Praça 9 de Junho e ao lado do ponto de ônibus lá existente”; nº 206, de 2014, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, sugerindo, “instalação de lixeiras nos logradouros do centro da cidade”; nº 210, de 2014, do Sr. Vereador Luiz Antonio Guarnieri, sugerindo, “implantação de redutor de velocidade, tipo ‘lombada’, na Rua Amadeu Bucci”; nº 212, de 2014, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, sugerindo, “recuperação da Rua Vicente Pereira Lima e ruas adjacentes, nas Chácaras Planalto Bela Vista”; nº 213, de 2014, do Sr. Vereador Benedito José do Couto, sugerindo, “implementação de ciclofaixas nos bairros da zona leste, principalmente ao redor da Praça Chico Mendes”; nºs 214 e 215, de 2014, do Sr. Vereador Dr. Ary Augusto dos Reis Macedo, sugerindo, respectivamente, “construção de uma Unidade Básica de Saúde – UBS no bairro Novacoop” e “instalação de galerias de águas pluviais na Rua Manoel Ferreira Lacerda, no Jardim Planalto, altura do nº 185”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): nºs 18 e 19, de 2014, da Sra. Vereadora Maria Helena S. de Barros, propondo, respectivamente, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de profundo pesar e consternação, pelo falecimento do Professor Pedro Benedicto Dal Rio”, “sejam consignados em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ata dos trabalhos votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Jair Antônio Finazzi”; nº 20, de 2014, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos para com os integrantes do Grupo Amor Exigente, pelos vinte anos de trabalho no Município”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 233, 234, 235, 236, 237, 238, datados de 14 de março de 2014, subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, “respondendo a respeito do Requerimento nº 016/2014; Requerimento nº 020/2014; Indicação nº 122/2014; Indicação nº 023/2014; Requerimento nº 078/2014; Indicação nº 085/2014, todos desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores); Ofício circular nº 06/2014, datado de 31 de janeiro de 2014, subscrito pelo Sr. Antonio José Gonçalves Henrique, Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social, “comunicando a transferência de recursos destinados ao custeio das ações e serviços socioassistenciais de caráter continuado”; (arquite-se). Não havendo mais proposituras ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra o Vereador Leonardo David Zaniboni, que comentou a respeito do processo de regularização do Parque das Laranjeiras, explicando que se reunira com o Secretário de Obras e Planejamento, Wilson Rogério da Silva, e que se atualizara dos trâmites. Narrou que, há quinze dias, toda a documentação exigida pelo Programa Federal Cidade Legal havia sido encaminhada ao órgão responsável; que os trâmites estavam dentro do prazo estabelecido; que previa para dez dias a tão esperada Declaração de Conformidade Urbanística e Ambiental – Decua, documento que permitiria a regularização do bairro; que as obras de extensão da rede de água, captação para abastecimento, que atravessam todo o bairro Linda



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Chaib, estavam agendadas para abril; que tal rede de abastecimento poderia ser utilizada, no futuro, para um possível novo empreendimento habitacional Minha Casa/Minha Vida, com lugar no Jardim Quartieri, que depois de executada a rede, teriam início as obras de galerias dentro do Parque das Laranjeiras, bem como a rede de esgoto, e que, estava comunicando todo o processo, em andamento, para que não existisse qualquer apreensão por parte do morador do Parque das Laranjeiras, que aguardava a regularização do seu terreno. “É apenas para avisar, para que não exista apreensão, a regularização está caminhando e vai dar tudo certo”, expôs e concluiu o Edil do SDD. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, comentando os requerimentos que apresentou. Disse que os médicos, contratados pelo consórcio, terminariam o contrato de trabalho ao final do presente mês e que isto, era algo que ela questionava desde o princípio de seu mandato, ou seja, o que estava sendo feito até agora, pelo consórcio, dentro da legalidade. Destacou que o acompanhamento do Tribunal de Contas teria início no segundo semestre, sendo esta, portanto, a época para consertar algo que estivesse errado dentro do sistema do consórcio e que, o Tribunal de Contas havia condenado situações internas do consórcio em Mogi Guaçu, levando a Edil, por conseguinte, a apresentar requerimento, questionando o Ministério Público acerca da contratação de médicos, através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, bem como a requerer informações do Prefeito, sobre o possível cadastramento de Mogi Mirim no Programa Mais Médicos, do Governo Federal. A Edil informou que Mogi Guaçu havia feito sua inscrição no Programa Mais Médicos, de forma rápida, porque não havia ‘estacionado’ no tempo, e que a cidade recebera quatro médicos, oriundos do programa Mais Médicos, bem como também se inscrevera no Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica – Proverb, recebendo deste, mais dois médicos. A Vereadora do PSB questionou, portanto, o que fizera o Município de Mogi Mirim, quais soluções tinha buscado, quais caminhos trilhara,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

porque, realmente, faltavam médicos na cidade. A Vereadora sugerir ainda, uma parceria entre os municípios de Mogi Mirim e Mogi Guaçu, para ampliação do limite de atendimento no Ambulatório Médico de Especialidades – AME, em Mogi Guaçu, numa ação conjunta entre as cidades e os governos. Por fim, explicou que havia requerido também informações sobre a cogitada mudança da Unidade de Atendimento Não Agendado – UANA, da zona central, para a zona leste, quando inaugurado o UPA zona leste. “O UPA zona leste está para ser inaugurado, em breve, e o Prefeito cogitou levar a UANA para zona leste, portanto, eu quero mais dados, porque a população precisa entender o que vai ocorrer e como ficará o serviço prestado”, frisou e encerrou sua fala. O próximo orador foi o Vereador Ary Macedo que disse da sua satisfação em retornar aos trabalhos legislativos, após ter deixado a Secretaria de Saúde, onde fora Secretário desde o início do Governo Gustavo Stupp. Pronunciou que, na Câmara, continuaria seu trabalho na polêmica área da saúde, porque existiam muitos problemas a serem resolvidos. Relatou que as atividades do Consórcio Intermunicipal de Saúde 8 de Abril tinham sido encerradas; que os profissionais especialistas deixariam de atender; que os exames laboratoriais também estavam suspensos, que, em razão disso, haveria acúmulo dos pedidos de exames e que, a situação era de caos já instalado. “Precisamos trabalhar seriamente e com a ajuda de todos, porque não nos beneficia em nada, apontar erros e não encontrar soluções, e precisamos da ajuda de todos para encontrar uma saída para a saúde de Mogi Mirim, para beneficiar a população da cidade, população esta, que vai sofrer e muito com o problema da falta de médicos e exames do Consorcio Intermunicipal de Saúde e eu estou aqui, para ajudar a resolver a questão da saúde no Município”, frisou, concluindo. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa que, desde logo, deu boas vindas ao Vereador Ary Macedo. Depois, tratou da questão do planejamento familiar e proteção da família, discorrendo sobre os projetos que havia proposto, lembrando do já apresentado Kit



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Maternidade, do agora apresentado Agita Gestante e de futuros outros projetos. Aclarou que o Agita Gestante, encaminhado às comissões permanentes para exame, era voltado à mulher grávida, complementando ações que a Vereadora estava empreendendo, como o tal Kit Gestante. O Agita Gestante visava incentivar a prática de exercícios físicos, prevenir doenças e complicações durante o parto, e seria benéfico ao Município, sendo as gestantes acompanhadas por um profissional da área da Educação Física, projeto este, que a Edil pretendia associar ao Agita Zerão, de iniciativa da Secretaria de Esportes. Falou, para concluir, sobre outro projeto, que seria apresentado, futuramente, e objetivaria, em complemento, reunir mães residentes nos bairros, para palestras de orientação à amamentação e cuidados com os bebês, alinhando os projetos que pretendiam incentivar o cuidado e a proteção da família, algo que a Vereadora entendia como essencial. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Daniela Dalben Mota, que relatou reunião com o Secretário de Saúde e também Vice-Prefeito Gérson Rossi Junior, sobre quais providências seriam tomadas já que, a partir da data, Mogi Mirim se encontrava sem médicos em suas Unidades Básicas de Saúde, sem atendimento médico no Pró-idoso e sem exames laboratoriais, decretando, assim, o verdadeiro caos na saúde. A Edil relatou que a administração havia solicitado ao Ministério Público um período de tolerância de cento e vinte dias, cuja resposta se aguardava para breve; que o Consórcio 8 de Abril atendia vários municípios; que os valores dos produtos eram acordados entre todos os participantes do consórcio; que não era Mogi Mirim o membro a determinar preços no consórcio; que o primeiro credenciamento a ser procurado era o do Sistema Único de Saúde – SUS; que tal credenciamento, se não realizado, era descartado, passando o consórcio a procurar o próximo prestador, logicamente, com um valor de produto maior do que o primeiro elencado; que somente a cidade de Mogi Mirim não estava prestando serviços pelo consórcio, porque existia uma denúncia no Ministério Público, feita por



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

vereador da Câmara, sobre a necessidade de licitações no consórcio; que as licitações poderiam encarecer ainda mais os produtos consorciados, porque, por exemplo, se a vencedora da licitação fosse uma empresa de Campinas, a logística do transporte do paciente e outros itens elevariam os custos do produto e deteriorariam a qualidade; que Mogi Mirim estava sem o especialista geriatra, sem o neurologista, sem o gastroenterologista e sem otorrinolaringologista; que Mogi Mirim não tinha como oferecer saúde a sua população; que o consórcio, realmente, não era a única alternativa; que o consórcio havia sido criado em 2007, em razão da alta demanda frente à ausência de profissionais médicos, quando ela, oradora, tinha exercido o cargo de Diretora de Saúde, que o consórcio havia surgido para suprir a demanda de vários municípios e não apenas Mogi Mirim, que era muito fácil denunciar, mas difícil era discutir ideias e soluções, e perguntou se a melhor saída seria, realmente, trazer cubanos para Mogi Mirim. Para finalizar, salientou que não faltavam médicos no Brasil, mas faltava sim, a valorização do serviço de saúde em todo o país; que o Brasil possuía médicos de elevada qualidade, que médicos vindos de países estrangeiros não eram necessários e que, o necessário era a melhoria das condições de trabalho dos profissionais, para o bom atendimento da população. Como o próximo orador inscrito, Vereador Daniel Gasparini dos Santos, desistisse da palavra, fez uso da mesma o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que criticou os vereadores da oposição, afirmando que, enquanto o caos se estabelecia na cidade, vereadores oposicionistas estavam dando risadas, felizes que se sentiam, por prejudicarem a administração. Depois, o Vereador comentou ter tido acesso a uma denúncia, feita no Ministério Público, cujo denunciante, o presidente de um partido político da cidade, citava, na acusação, os nomes do Vereador Luiz Antônio Guarnieri e o de seu assessor, Felipe Vedovatto, relativa à permuta de área da empresa Delta Flex Indústria de Móveis, permuta que gerara um saldo devedor para a Prefeitura, pago por esta, em forma de terraplanagem no



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

terreno da empresa, sendo esta terraplanagem, o objeto da denúncia empreendida. “O Wilson Rogério, Secretário de Obras e Planejamento, foi no local, fez o serviço, a pessoa flagrou a terraplanagem e fez a denúncia e eu estou falando sobre isso, para que todos fiquem atentos, porque eu tenho certeza, Vereador Luiz Guarnieri, que você não tem no coração a intenção de prejudicar o Município de Mogi Mirim e nem a Prefeitura, tentando apenas ajudar uma empresa da cidade e tudo isso está documentado, foi algo tranquilo, um incentivo dado a um empresário, que está gerando empregos para o Município, e um presidente de partido político foi contra isso”, explanou, encerrando. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo, que teceu críticas em relação ao estado de conservação do Parque das Laranjeiras, salientando que existia total falta de manutenção, exemplo de descaso para com o bairro, objeto de manchete da última edição do jornal O Impacto. O Vereador relatou ter sido questionado por moradores do bairro que lhe tinham apresentado carnês do IPTU, com fotos de máquinas executando um asfaltamento de ruas, em cuja legenda se lia “Novo Parque das Laranjeiras”, levando o munícipe e, por conseguinte, o Vereador a questionar onde ficava tal lugar. O Vereador falou da luta do Vereador Luís Roberto Tavares, que sempre buscara melhorias para o bairro, disse que estava indignado com tal propaganda enganosa da administração municipal e, mudando de foco, criticou também o atual Secretário de Saúde e Vice-Prefeito, Gérson Rossi Junior, que havia dito que iria ‘revolucionar a saúde de Mogi Mirim’ e nada tinha feito, deixando, inclusive, a situação chegar aos caos no Município. Por fim, deixou duas perguntas proferidas, para meditação dos pares: por que o Vice-Prefeito deixou chegar o caos à área da saúde e seria, ou não, enganosa a propaganda imprensa nos carnês de IPTU? Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que comentou a respeito de suas indicações, sugerindo a implantação de coletores de lixo na região central da cidade. Prosseguindo, também versou sobre a situação da saúde



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pública no Município, mostrando-se preocupado e lembrando a todos, que havia uma audiência, agendada para o dia 30 de abril, para tratar da questão da saúde em Mogi Mirim. Disse que a maior prejudicada com as atuais circunstâncias era a população, a criança com febre, que não tinha pediatra, e a gestante pobre, que estava sem obstetra. Salientou que os vereadores tinham sido eleitos para legislar pelo município, em benefício do município, que havia má prestação de serviços na Santa Casa, onde os médicos não tinham condições de trabalho, e, para concluir, conclamou os pares para que se esquecessem de seus posicionamentos situacionistas, ou oposicionistas, mas trabalhassem todos pelo bem comum da cidade de Mogi Mirim. “Precisamos esquecer que somos situação e oposição e trabalhar pela cidade, promover a união entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, propagarmos um levante em defesa da nossa saúde”, disse, finalizando. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, para comentar as proposituras que apresentara, principalmente, sugestão para reforma no alambrado, limpeza e fiscalização de descarte de lixo no NIAS zona leste. Também comentou requerimento, através do qual solicitou informações sobre a real situação do Centro de Zoonoses, para averiguar sua infraestrutura, bem como citou Moção de Congratulações e Aplausos para com a associação Amor Exigente, de combate à dependência química, pelo vigésimo aniversário de fundação. O Vereador também versou sobre o Parque das Laranjeiras e disse que ele também detinha informações sobre o andamento do processo de regularização do bairro, mas que evitava repassar ao público tais informações, porque essas não estavam postas ‘no papel’, razão pela qual apresentava requerimentos e ofícios que, uma vez respondidos, serviam para documentação do trâmite processual. “Minha intenção é ser transparente com o morador do Parque das Laranjeiras, uma questão de responsabilidade, uma questão de respeito ao morador, porque quero que o morador saiba o que está sendo feito no bairro, porque faz trinta anos que está esperando a sua vez e merece o respeito da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

administração”, aclarou o Edil. Relatou que, desde 2005, lutava pelo bairro, que iria solicitar uma audiência pública, visando conceder aos moradores toda a informação possível, propiciando um contato da administração com a população, porque o morador ‘devia ser respeitado’ e as únicas melhorias feitas, em todos esses anos decorridos, eram uma linha de ônibus e dez lâmpadas instaladas. Para finalizar, abordou os problemas dos condomínios, onde faltava água, as contas de água, que estavam chegando com valores muito elevados, e os problemas com o Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE, estabelecendo que constituiria uma comissão de vereadores, para análise da situação, e que, já solicitara a planilha de custos do tratamento de esgotos, objetivando caminhar para a elucidação do problema da água em Mogi Mirim. O próximo orador foi o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, que deu as boas vindas ao Vereador Ary Macedo, desejando-lhe boa sorte. A seguir, discorreu sobre o período atual, de muitos problemas na área da saúde, com falta de médicos, em virtude dos baixos salários, também o programa Mais Médicos do Governo Federal, que não se restringia a médicos de nacionalidade cubana, mas também de outras nacionalidades, inclusive a brasileira, assunto que classificou de bastante complexo e para o qual desejava uma solução, para o bem da população, principalmente, a mais carente, que requeria o apoio de todos. Prosseguindo, informou a todos que o Depurado Estadual Zico Prado conseguira aprovar uma emenda ao Orçamento Estadual, para uma verba de quarenta e cinco mil reais, destinada à Santa Casa, objetivando o custeio de serviços, reedição de verba que conseguira ano passado. Disse que se todos procurassem colaborar com alguma coisa, a Santa Casa desenvolveria melhor o seu trabalho e afirmou que o seu maior objetivo junto à instituição era conseguir uma verba de trezentos e cinquenta mil reais, para ampliação da UTI. Frisou que a Santa Casa era uma entidade que recebia muitas críticas, mas que não poderia deixar de ser apoiada pela Câmara, porque era a central de saúde da cidade e merecia todo o esteio. Depois elencou os requerimentos que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

tinha apresentando, destacando solicitação da listagem dos principais devedores do SAAE e da Dívida Ativa da Prefeitura Municipal, bem como a cópia do contrato de locação do prédio onde, provisoriamente, estava instalada a parte política da Câmara, justificando que desejava dados e números para um questionamento mais embasado e correto, objetivando críticas com autonomia e responsabilidade. Por fim, elogiou e parabenizou ação desenvolvida no final de semana, pelo Capítulo DeMolay de Mogi Mirim, em conjunto com os atiradores do Tiro de Guerra local, um arrastão da solidariedade, a coleta de alimentos em supermercados, propiciando a doação às entidades, informando que o montante arrecadado havia sido de mil e setecentos quilogramas de alimentos. “Parabéns aos jovens do Capítulo e do TG, comandado pelo Tenente Zenir, que desenvolve um trabalho de aproximação do TG com a comunidade de Mogi Mirim”, sublinhou e concluiu. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Jorge Setoguchi que, desde logo, deu as boas vindas ao Vereador Ary Macedo e lhe desejou um grandioso trabalho na Câmara. O Vereador convidou todos os presentes, produtores rurais, contadores e profissionais ligados à área, bem como o público em geral, para palestra, agenda do dia 25 de março, com lugar na Estação Educação, a respeito do Imposto de Renda – IR na atividade rural, um evento realizado pela Prefeitura de Mogi Mirim e, para finalizar, Lembrou que o Pronto Socorro da Família do bairro rural Gabrielzinho continuava sem médicos, desde a semana passada. “Esperamos que a Prefeitura encontre uma solução rápida para este caso”, disse, encerrando sua fala. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Benedito José do Couto, que desejou boas vindas ao Vereador Ary Macedo e elogiou o trabalho do médico, que fora ‘abortado na saúde’, dizendo que, na Câmara, certamente, o profissional



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

colaboraria e muito nos trabalhos, tendo em vista a sua notória competência. Depois versou sobre os projetos que estava desenvolvendo na cidade, primeiramente, a restauração da Praça Chico Mendes, feita com a verba por ele conseguida junto ao Deputado Chico Sardelli, aclarando que o processo estava em fase de licitação e que pretendia ver o logradouro restaurado e nele implantada a academia ao ar livre. Em segundo, o projeto que estava sendo implantado com a verba oriunda do deputado Nepomuceno, verba esta que já se encontrava no erário, o Espaço Fé, ideia totalmente gerada pelo Vereador, informando que a base do projeto estava sendo elaborada na Secretaria de Obras e Planejamento, e que seria instalado no Teatro de Arena, local que passaria a ser utilizado como espaço ecumênico, para todas as religiões. “Vou buscar apoio junto aos líderes religiosos, para que nos ajudem a melhor elaborar e difundir o projeto”, frisou e falou também sobre sua sugestão de implementação de ciclofaixas nos bairros da zona leste, principalmente, ao redor da Praça Chico Mendes, esclarecendo que a medida seria proveitosa para o lazer da população da zona leste. Por fim, discorreu também sobre o Parque das Laranjeiras, explicando que residia no bairro, era seu defensor e que estava acompanhando de perto o seu projeto de regularização, aclarando que, desde janeiro, estava cobrando esforços por parte da administração, a fim de que a máquina nivelasse as ruas do bairro, trabalho que tinha se iniciado justamente naquele dia, opção paliativa até a regularização do loteamento e, para encerrar, ratificou as palavras do Vereador Leonardo David Zaniboni a respeito da rede de água e esgoto, estabelecendo que, depois do trâmite burocrático, seria então soterrada toda a tubulação. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires. Este iniciou criticando e afirmando que o caos estava instalado na área da saúde pública em Mogi Mirim. Verbalizou que, enquanto alguns Vereadores buscavam recursos, outros, ‘do contra’, entravam na Justiça para estacionar a cidade; que tudo estava parado; que os médicos estavam parados; que tinha sido a Vereadora Luzia Nogueira a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

autora de tal falta de respeito para com a população; que, a partir do dia seguinte, a população pagaria pela atitude da vereadora; que ela pretendia, realmente, prejudicar aqueles que estavam trabalhando, como fora o caso do Vereador Dr. Ary Macedo; que estavam tentando ‘queimar’ o Prefeito, mas, na verdade, tinham conseguido atrapalhar os serviços públicos de saúde; que os serviços do consórcio estavam todos inoperantes; que tal situação permaneceria até a sentença judicial; que o nome do responsável pelo caos na saúde – Vereadora Luzia Nogueira – tinha que ser mencionado, para que a população soubesse quem eram aqueles que trabalhavam em prol da comunidade e quem eram os irresponsáveis, que pretendiam atrasar a cidade; que os vereadores da oposição pregavam mentiras pela cidade, não só referentes ao setor da saúde, mas a outros setores; que os moradores do Parque das Laranjeiras deveriam tomar cuidado com tais tipos, porque eles poderiam estacionar as obras de infraestruturas para lá direcionadas, como bem tinham feito com o loteamento Domênico Bianchi; que tudo o que era bom para Mogi Mirim recebia a crítica de meia dúzia de vereadores, que só pretendiam atrapalhar; que, sem as atividades do consórcio, estariam também suspensas todas as cirurgias na cidade; que a Vereadora Daniela Dalben tinha se expressado muito bem sobre a situação, que os serviços se acumulariam na Santa Casa, que corria o risco de fechamento, e que, a parceria consorciada vinha desde a época do governo de Carlos Nelson Bueno, logo, questionava por que desejavam prejudicar, justamente, o atual prefeito, tudo muito triste, na ótica do Vereador. Disse que o PPS de Mogi Mirim, através de seus Vereadores e do Vice-Prefeito Gérson Rossi Junior, tinha conseguido verba de trezentos mil reais para ser empregada no setor da saúde e que, isto era o que deveria ser feito, ao invés de usar da tribuna para ‘aparecer politicamente’. Por fim, disse que Mogi Mirim não precisava de médicos cubanos e mais uma vez colocou que alguns vereadores não desejavam o bem da cidade, que os situacionistas deviam reagir e ‘dar nomes aos bois’, porque a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

atitude dos opositoristas era uma falta de respeito à população e que só instalara o caos na saúde pública do Município. “Na Santa Casa haverá acúmulo de serviço, a situação vai piorar e o bicho vai pegar”, frisou, em derradeiro, o Vereador do PPS. O próximo orador a fazer uso da palavra foi o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio que replicou os discursos da noite, fazendo referência às palavras da Vereadora Daniela Dalben Mota, dizendo que, realmente, não faltavam médicos no Brasil, mas sim, uma política de saúde pública. O Vereador afirmou que conhecia a capacidade do Vereador Ary Macedo para gerir as questões relativas à saúde; que as dificuldades na área existiam em todo o país; que o profissional não era valorizado no país, nem o médico, nem o professor, tampouco o policial, mas só eram valorizados os políticos corruptos, que mesmo condenados, nunca cumpriam pena; que o problema entre situação e oposição era antigo e sempre tinha existido; que ele também acreditava que o caos iria se instalar na saúde, mas que era dever da administração procurar uma saída e encontrar a solução; que existiam muitos médicos competentes no quadro da Prefeitura Municipal; que o Prefeito havia sido eleito para resolver problemas; que, com dinheiro no bolso, qualquer um fazia festa; que, se tudo fosse tranquilo, nem haveria necessidade de gestor; que os políticos de Mogi Mirim viviam em permanente clima eleitoral e não se preocupavam com o que fazer para melhorar a cidade; que durante oito anos, a antiga oposição, atual situação, agira assim; que, atualmente, ele, orador, era oposição, mas não aceitava ser incluído no rol daqueles que procuravam encrenca, porque se interpelado fosse, mostraria os erros para serem corrigidos; que nunca havia feito crítica destrutiva, que existiam muitos casos que, realmente, deveriam ser levados ao Ministério Público, mas que muitas denúncias eram também desnecessárias e, por fim, frisou que Carlos Nelson Bueno tinha muitos processos nas costas e com Gustavo Stupp não seria diferente, porque ser prefeito era péssimo negócio. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, também para tecer críticas em relação ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

atual estado da saúde pública em Mogi Mirim. Disse que acompanhava a saúde em Mogi Mirim há quatro mandatos legislativos; que o sistema de saúde em Mogi Mirim havia começado a se deteriorar quando tinham se iniciado as terceirizações e até cooperativas; que, atualmente, todos os serviços eram terceirizados, tanto no CEM, como na Santa Casa e também na UANA; que havia muito dinheiro para ser empregado na área da saúde, mas que este era desperdiçado; que a terceirização impedia a formação do vínculo entre paciente e médico; que o importante era a quantidade de consultas por dia e não a qualidade no atendimento; que o atual Secretário de Saúde e Vice-Prefeito, Gérson Rossi Junior, tinha sido o chefe de gabinete de Carlos Nelson Bueno, portanto, exímio conhecedor do serviço e desde o seu início; que, antes disso, ele tinha sido também vereador, portanto, sabedor do processo de perda de qualidade da saúde em Mogi Mirim; que os médicos não se fixavam na cidade; que a cidade era o município que pior remunerava tais profissionais, em toda a região, mas que o orçamento relativo era altíssimo; que prioridades precisavam ser definidas, pois não havia definição de critérios claros; que os ex-diretores de saúde, agora vereadores na Casa, sabiam desde quando datava o início do processo de deterioração na saúde; que a Prefeitura detinha, em seus quadros, ótimas enfermeiras, mas que a administração passada havia desmantelado a Vigilância Sanitária; que os bons médicos haviam abandonado a rede há tempos, alguns até por perseguição sofrida; que todos tinham responsabilidade na degradação, ex-secretários e ex-diretores, porque também tinham colaborado no desmantelamento dos serviços; que há tempos faltavam psiquiatras, neurologistas, infectologistas e que tal fato era do conhecimento do atual Secretário de Saúde há muito; que a administração tinha que definir onde pretendia chegar e quais as prioridades na saúde; que os consorciados e o Promotor Público tinham conhecimento de que o Consórcio Intermunicipal caminhava mal havia tempo, que precisava ser renovado e que, o Prefeito era o Presidente do Consórcio e, portanto, cabia-lhe tomar



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

medidas de solução, porque havia sido eleito prefeito e fora vereador, não lhe servindo a máscara do desconhecimento. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, que acusou os vereadores situacionistas de a terem apontado como culpada pela situação, disse que ‘a melhor defesa era o ataque’ e que os vereadores da base governista a tinham eleito a responsável pelo caos instalado. Aclarou que os serviços tinham sido suspensos em virtude de decisão judicial, haja vista ausência de licitação para contratação dos mesmos; que o Ministério Público estava acompanhando a situação do consórcio há muito tempo, desde o princípio; que o Presidente do Consórcio era o Prefeito de Mogi Mirim, logo, ele, o seu Secretário de Saúde e os assessores da pasta deveriam entender qual era o real papel do consórcio e a ele se aterem; que a questão da contratação de médicos tinha que ter sido discutida bem antes, que o Prefeito não havia demonstrado preocupação em discutir a situação desde o primeiro semestre de 2013 e que, não se sentia a responsável por qualquer situação, pois tinha orgulho de seu trabalho, porque era questionadora e fiscalizadora, exercendo suas funções legislativas. “Que poder eu tenho! Não sou responsável, não me sinto responsável, tenho orgulho do meu trabalho, levanto situações e questiono o que pode ser legal, ou ilegal, e cabe à Justiça me dar a resposta; se for legal, eu peço desculpas, e se for ilegal, não serei eu a pedir desculpas, porque não tenho culpa da incompetência, da falha de outros, já que existe uma equipe inteira discutindo, no Poder Executivo, sem apontar problemas reais, ou soluções, portanto, não joguem a responsabilidade do ocorrido sobre mim”, colocou. Sobre o Programa Mais Médicos e sobre o Provac, a Edil ponderou que talvez a Vereadora Daniela Dalben Mota desconhecesse como estava o quadro de médicos da cidade de Mogi Guaçu, porque existiam seis profissionais contratados pelo Mais Médicos e um deles era guaçuano, e sugeriu à Vereadora que fosse visitar a cidade vizinha, para ter real conhecimento do programa. “Quanto ao Vereador Laércio Pires, que chegou tão eufórico à tribuna, o Vereador sempre



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

falou do Loteamento Domênico Bianchi, mas até hoje, não apresentou o nome do suposto vereador que ele diz que embargou as obras e eu fui ao Ministério Público, para saber se algo existia, e nada existe, apenas uma ação antiga, portanto, peço ao Vereador que apresente o número do processo e o nome do vereador que deu entrada na denúncia, só isso”, sublinhou e encerrou a Vereadora do PSB. Ato contínuo, fez uso da palavra, como Líder, o Vereador Luiz Antonio Guarnieri que respondeu as palavras do discurso do Vereador João Carteiro, relatando o caso por completo, para noção de todos. Narrou que se tratava de uma permuta de área da empresa Cadeiras Amazonas, cujo proprietário se chamava Natanael; que, feita a permuta, desta resultara um crédito, para a empresa, de quase vinte mil reais; que a Prefeitura se negara a pagar o crédito, mas concordara em prestar um serviço de terraplanagem na área permutada, como compensação, enviando dois tratores para o novo terreno; que, no decurso do serviço, o Sr. Natanael havia solicitado o corte de duas árvores, localizadas no novo terreno; que isto fora feito; que, neste ínterim, o orador, Vereador Luiz Guarnieri, havia sido também chamado, juntamente com o seu assessor, Felipe Vedovatto, ao novo terreno, permutado, para constatar a realização de um corte ilegal de árvores nativas; que, ao chegar ao local, ali também chegava o Sr. Paulo Tristão, PSOL, a pessoa que havia efetuado a denúncia junto ao Ministério Público; que apoiava veementemente a empresa e a permuta realizada, porque ela precisava se expandir e ampliar o número de funcionários, que, de fato, árvores de trinta centímetros de diâmetro haviam sido cortadas, o que configurara crime ambiental, e que, em tese, o Sr. Paulo Tristão estava correto, mas que ele, orador, jamais faria tal denúncia junto ao MP, porque procuraria, primeiramente, uma conciliação entre o Sr. Natanael, o Secretário de Obras e o denunciante, requerendo o plantio de novas espécies. “Exatamente, foi isso que aconteceu e eu não chegaria a tanto, até a denúncia, porque sou favorável ao comércio, logo, foi isso, uma sucessão de equívocos e erros, que não deveria ter



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ocorrido”, frisou. Por fim, sobre as diligências dos Vereadores da base aliada de tentarem culpar a Vereadora Luzia Nogueira sobre a crise na área da saúde, o Vereador do PT colocou que não concordava, não via motivos para tantas críticas à Vereadora Luzia, porque a oposição criticava de forma coerente os problemas da cidade e que, se a situação da cidade tinha chegado aonde chegara, certamente, havia sido por falta de planejamento. Para responder ao Edil do PT, fez uso da palavra o Vereador João Antonio Pires Gonçalves que se posicionou contrariamente a qualquer desmatamento irregular e salientou que entendia a situação, da mesma forma como o Vereador a tinha explicado. Com relação à questão da saúde, o Vereador destacou que o Prefeito deveria fazer uma reunião com os funcionários da área, principalmente, com aqueles que trabalhavam diretamente no atendimento ao público, para comunicar, pessoalmente, quem havia sido o autor da denúncia junto ao MP, para que, uma vez interpelados pela população, a maior prejudicada, pudessem citar o nome daqueles que ficavam rindo diante das mazelas do povo. “Quem vai sofrer a pressão é o atendente no postinho, que está na recepção do público, porque é ele quem vai dar explicações à população do porque não temos médicos”, sublinhou. Ara concluir, falou que não brincava de vereador, mas trabalhava seriamente; que existiam vereadores que só pensavam em prejudicar a administração, pessoas que não queriam o bem da cidade, mas desejavam ver a população ‘se ferrar’ e que jogavam a culpa nos secretários municipais; que ele estava preocupado, pois utilizava a rede pública de saúde, que a questão não era de situação, ou oposição, mas sim, a de ajudar a administração a amenizar o ocorrido e que, era muito fácil colocar a culpa no Prefeito. Na sequência solicitou a palavra, como Líder, o Vereador Manoel E. P. C. Palomino. Concedida a palavra, este a repassou ao liderado, Vereador Laércio Rocha Pires. Este replicou as palavras da Vereadora Luzia Cristina Nogueira, em relação ao loteamento irregular Domênico Bianchi, afirmando que não tinha citado nomes e que a vereadora vestira a ‘carapuça que serviu’. Ratificou que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

a Vereadora Luzia C. C. Nogueira era a responsável pelos problemas do consórcio e citou o Requerimento nº 155/2014, de encaminhamento de denúncia ao MP. “Por sua causa a população vai ficar a ver navios”, citou. Conclamou os Vereadores Daniela Dalben Mota e Ary Macedo para que fizessem uso da palavra e explanassem sobre a situação da saúde, com pena de serem todos taxados pela população, que somente recebia como informação as mentiras dos vereadores da oposição. “A população tem que saber, temos que rebater”, frisou e encerrou. Retornou como líder, o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. Este destacou, que já tinha sido vítima de denúncias de cunho político, quando do exercício da presidência da Câmara, mas que, mesmo assim, acreditava que existiam certos tipos de denúncias necessárias, apesar da grande parte ser ‘picuinha’. Lembrou que a ex-vereadora Márcia Róttoli Masotti, SDD, ingressara no Ministério Público, contra a antiga administração, diversas vezes e que, atualmente, era defensora do governo. Falou que tudo isso fazia parte da política e que, afirmar que Mogi Mirim ficaria sem atendimento médico, por causa da denuncia formulada, era falácia, algo que ‘não colava’. Perguntou por que Mogi Guaçu e Itapira ainda utilizavam os serviços do consórcio, sendo que, em Mogi Mirim, o Ministério Público impedira. Cogitou que algo deveria existir, algo ‘fora do eixo’, e que Mogi Mirim não poderia continuar dependendo unicamente do consórcio, porque, embora leigo no assunto, acreditava inadmissível uma cidade submeter-se a uma única fonte de atendimento. Repetiu que era leigo nas áreas da educação e saúde, mas entendia que existiam diretrizes, porque eram coisas da administração em qualquer setor, e salientou que não culpava nenhum diretor, ou equivalente secretário, nem Ary Macedo, tampouco Daniela Dalben Mota, porque, infelizmente, mesmo sendo técnicos competentes, recebiam ordens do escalão superior. “Conversei com dois ex-secretários da educação que me disseram que não dá para trabalhar, que é difícil, e eu tenho certeza, que na saúde deve ser a mesma coisa!”, explicou. Por fim, sugeriu uma reunião



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

com o Secretário de Saúde, Gérson Rossi, que fora Chefe de Gabinete de Carlos Nelson Bueno, por oito anos, e conhecia os meandros do processo. “Não o estou acusando, apenas digo, que se tem alguém que sabe da situação administrativa do consórcio, esta pessoa ele, Gérson Rossi, atual Secretário de Saúde”, sublinhou. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h34, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual constatou-se a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO**: “**ex-vi**” do disposto no § 1º, inciso I, do **Artigo 171, do Regimento Interno**: 1. Projeto de Lei nº 17, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, “autorizando o repasse de recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para as entidades cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento; (colocado a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 17/2014, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); “**ex-vi**” do disposto no **Artigo 171, do Regimento Interno**: 2. Projeto de Decreto Legislativo nº 01, de 2014, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, “concedendo o título de Cidadão Mogimiriano ao Reverendíssimo Padre Harold Joseph Rahm”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por unanimidade, o Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2014, do Vereador Luís Roberto Tavares); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); **EM PRIMEIRO TURNO**: “**ex-vi**” do disposto no inciso I, do **Artigo 171, do Regimento**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Interno: 3. Projeto de Lei nº 12, de 2014, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, “dispondo sobre alteração da Lei nº 5.306, de 2012, que instituiu, no Calendário Oficial do Município, a Caminhada Ecológica Revolução Constitucionalista de 1932 – Afonso Sambrana”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (submetido a votos em Sessão de hoje, Primeiro (1º) Turno, a Casa aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 12/2014, do Vereador Luís Roberto Tavares); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Como os primeiros inscritos, Vereadores Leonardo David Zaniboni, Dayane Amaro Costa e Ary Macedo, desistissem da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, a nobre Edil Daniela Dalben Mota, que ocupou a tribuna para responder os questionamentos a ela dirigidos. Voltando-se à Vereadora Luzia Nogueira, frisou que, realmente, desconhecia o quadro de médicos da Prefeitura de Mogi Guaçu, porque não trabalhava naquela cidade, não tinha tal obrigação e, tampouco, tinha marido médico que lá trabalhasse. Explicou que a Vereadora do PSB solicitara para Mogi Mirim, em seu requerimento, o programa Mais Médicos e que tal programa era composto, exclusivamente, por médicos estrangeiros e não brasileiros, ao contrário do também citado Provab, que só incluía médicos brasileiros. A Vereadora do SDD explanou que, se a Vereadora do PSB tinha se deparado com um médico brasileiro trabalhando em Mogi Guaçu, este profissional fora, certamente, contratado pelo Provab e não pelo programa Mais Médicos. Respondendo à Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, a Edil do SDD destacou que, quando assumira a direção do então Departamento de Saúde, o índice de mortalidade infantil era de vinte e cinco crianças e que, quando entregara a pasta, o índice havia caído para seis crianças; que tinha construído o prédio, onde, atualmente, se



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

abrigava o Programa Lucy Montoro; que a UTI neonatal havia sido implantada em sua gestão, que instalara pediatras e ginecologistas, em atendimento de vinte e quatro horas, na Santa Casa, bem como o atendimento de pronto socorro bucal e dentário e citou ainda, a criação do CEU Odontológico. Por fim, disse que os méritos das conquistas dos secretários sempre recaíam sobre os prefeitos e que, na urna, o Prefeito Carlos Nelson Bueno tivera quase oitenta por cento dos votos, prova incontestável de que, na saúde, tudo caminhava bem, naquele período. “A saúde andava bem sim, porque ele ganhou seu segundo mandato com muitos votos”, sublinhou e encerrou suas colocações. Como os próximos inscritos, Vereadores Daniel Gasparini dos Santos, Osvaldo Aparecido Quaglio, João Antonio Pires Gonçalves e Cinoê Duzo, desistissem da palavra, fez uso da mesma o Vereador Waldemar Marcurio, que solicitou informações da Mesa Diretiva a respeito da ausência da tradutora de Libras, para a transmissão das sessões, Sra. Ângela Suassuna. Para responder ao Edil, fez uso da palavra o Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, salientando que, em breve tempo, seria feito novo contrato para o mesmo serviço. Como os próximos inscritos, Vereadores Luiz Guarnieri e Jorge Setoguchi desistissem da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Laércio Rocha Pires. O Vereador lembrou a todos que o Deputado Federal e Presidente do PSS, Roberto Freire, tinha visitado Mogi Mirim e prometido uma verba de trezentos mil reais para investimentos nas UBSs da cidade, objetivando a compra de aparelhagens, dentre elas um desfibrilador. Destacou que, enquanto poucos buscavam recursos, outros corriam para acabar com a saúde da cidade e para se promoverem, politicamente; que as eleições só ocorreriam daqui a três anos, mas que já era possível observar a campanha eleitoral sendo feita; que o Dr. Ary Macedo tinha que ocupar a tribuna, para explicar o que havia sido feito e o que ainda estavam fazendo com a saúde em Mogi Mirim; que de nada adiantava culpar o Prefeito, porque tinham pedido a cabeça do Ary, que se afastara, mas que o verdadeiro objetivo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

era fazer com que a cidade não caminhasse, porque não deixavam o ‘rapaz’, o Prefeito, trabalhar; que o hospital de Mogi Mirim era a Santa Casa; que fora feito um mutirão na área da saúde, porque existiam quatro mil cirurgias atrasadas, e o Prefeito colocara quase tudo em ordem e que, agora, acumular-se ia tudo novamente; que os Vereadores deveriam se unir, para uma solução urgente para a cidade; que os vereadores tinham que realizar reuniões em bairros, para falar com o povo e explicar o que estava ocorrendo na cidade, para não levar ‘pau’ na Câmara; que existia uma corja de mentirosos, a qual estava aterrorizando a cidade, que se tinha detonado o bom nome do Vereador Ary Macedo e que, tudo o que ele havia feito, não fora de má fé, mas acabara levando-o à crucificação também. A próxima oradora foi a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. Esta iniciou, aclarando que, na Câmara, o espaço era aberto à população e, assim sendo, sugeriu uma audiência pública, reunindo o Promotor, o Juiz, os Vereadores Ary Macedo e Daniela Dalben Mota, para acareação dos fatos. Mudando de assunto, versou sobre o Centro de Ressocialização, que fora desocupado na última semana, inclusive, com transferência dos presos, algo que lhe trouxera preocupação, mas informou que estivera no centro, visitando as dependências e conversando com o Dr. Pereira, administrador do local, que lhe informara o motivo da retirada dos presos, ou seja, a ocorrência de rachaduras em uma coluna de sustentação do prédio, levando a engenharia a forçar a desocupação do edifício, que corria risco de ruir. “O Centro de Ressocialização de Mogi Mirim foi elogiado pela Justiça, como exemplo, de trabalho de reabilitação de presos, portanto, é necessário apressar as decisões e a obra na coluna”, frisou. A Vereadora também falou sobre um seu requerimento, rejeitado na presente sessão, discorrendo sobre a importância da transparência na licitação das contas bancárias da Câmara, porque o ex-prefeito Carlos Nelson Bueno sofrera processo pelo mesmo assunto, ou seja, a ausência de licitação para contratação da instituição bancária. “Minha preocupação é com relação à questão das entidades, que estão trabalhando



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

com o crédito no vermelho e um dinheiro que entrasse, tal como a contrapartida de um grande banco, poderia ajudar e seria muito bom, mas o requerimento foi rejeitado, portanto, eu peço ao Presidente da Câmara que pondere sobre isso”, disse a Edil, concluindo sua participação. A seguir, discursou a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, também falando sobre o Centro de Ressocialização. Narrou que também estivera no Centro de Ressocialização, que tinha se sentido tranquila com o deslocamento dos presos e providências tomadas, porque esforços vários haviam sido realizados, tais como, a agilidade do diretor, e que, não gostaria de ver o perfil do CR alterado. Sobre a saúde, a Vereadora insistiu, novamente, dizendo que a cidade tinha que definir prioridades e que a primeira delas seria a valorização do servidor de saúde; que todos tinham um grau de responsabilidade, inclusive os diretores anteriores, porque há anos os profissionais da saúde não eram valorizados, e repetiu que o declínio no setor tinha se iniciado a partir do momento em que também se haviam iniciado as terceirizações, levando a cidade à dependência do consórcio; que Mogi Mirim tinha total dependência do consórcio; que os Vereadores da oposição estavam fazendo a parte que lhes cabia e a Justiça, a parte dela; que isso era o desmantelamento total do sistema de saúde em Mogi Mirim, incluindo o CEM, laboratórios e Vigilância Sanitária; que o Prefeito tinha plena consciência da situação e há muito tempo; que estava na hora dele se mexer, que existia um orçamento altíssimo e muito desperdício de dinheiro no setor e que, ela aguardaria pelos procedimentos que o Prefeito iria adotar. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador João Antônio Pires Gonçalves, que iniciou agradecendo o Secretário de Obras e Planejamento, Wilson Rogério da Silva, pelos serviços de reparos que tinham se iniciado na Rua Tupinambás, há muito solicitado e aguardado pelos moradores da região. Também agradeceu a Sra. Lourdes, assessora do Secretário de Saúde Gerson Rossi Junior, pelo empenho no atendimento aos vários solicitantes, sempre com educação e boa vontade. Ato contínuo, o Senhor



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Benedito José do Couto, que ratificou a fala do Vereador João Gonçalves em relação à Rua Tupinambás, localizada no Mogi Mirim II, dizendo que, realmente, a população esperava a troca de tubulações de água, desde o ano passado, igualmente, agradecendo o empenho e acompanhamento do colega vereador, expondo que isto era, de fato, democracia, trabalho em conjunto, para o bem da população. Em relação às questões relativas à saúde, ponderou que a colocação da Vereadora Luzia Nogueira tinha sido infeliz. “Não que a denúncia não devesse ser feita, eu mesmo já fiz algumas, mas pensava muito e me sentava com Carlos Nelson Bueno, no passado, para debater os problemas, porque, primeiro, deve-se ponderar se a denúncia trará, ou não, um prejuízo à população”, colocou. Falou que a oposição inteligente, sem politicagem, não buscava o Ministério Público, ‘para criar problemas’, mas antes, buscava diálogo e isto sim, era democracia, ou seja, mostrar onde estava o erro e como consertá-lo, porque, certamente, dever-se-ia dar a oportunidade de saneamento, antes da formulação de denúncias. Sobre os processos de licitação das contas bancárias da Câmara, objeto de requerimento rejeitado, o Vereador Benedito concordou da necessidade, mas colocou que as contas da Edilidade estavam sendo aprovadas pelo Tribunal de Contas, mesmo assim, e que ele estava empenhado em consertar tal equívoco. Para finalizar, salientou que o afastamento da Diretora Geral da Câmara, por motivo de liminar, estava dificultando certos processos internos do Poder Legislativo, mas que estes teriam continuidade, com a chegada do novo procurador da Câmara. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente, novamente na condução dos trabalhos, determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento dos senhores *Jair Antonio*



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Finazzi, Milton Vital e professor Pedro Benedicto Dal Rio, falecidos recentemente. Cumprida dita providência e nada mais a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h34, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM